

The logo for ANDES (Sindicato Nacional) is located in the top left corner. It consists of a red rectangular box containing the word "ANDES" in large, white, bold, sans-serif capital letters. Below "ANDES" are two horizontal white lines. Underneath the second line, the words "SINDICATO NACIONAL" are written in smaller, white, sans-serif capital letters. At the bottom of the box, the text "CSP - CONLUTAS" is written in an even smaller, white, sans-serif font.

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

The background of the entire page is decorated with an abstract geometric pattern of overlapping squares and rectangles. The colors used are red, dark grey, and light grey. The shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some shapes appearing to be in front of others. The overall composition is modern and minimalist.

Um pouco
de história,

pois o futuro
não se constrói
só com o
presente

Apresentação

 ANDES-SN foi fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Sete anos depois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, mantendo a sigla, pela importância que já tinha conseguido por meio das diferentes lutas travadas. A partir daí, passou a ser o ANDES-Sindicato Nacional. O Sindicato representa o professor de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico de todo país e é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), desde 2011.

Ainda sob a pressão do regime militar, o ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos(as) docentes às lutas de outros trabalhadores(as). Por isso, estamos na luta contra toda e qualquer proposta de exploração de classe que envolve gênero, raça, etnia.

O ANDES-SN conta com mais de 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais. Está representado em todo o território nacional pelas suas 110 seções sindicais.

As propostas do ANDES-SN para a educação brasileira foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos(as) trabalhadores(as) e enfrentados por inúmeros movimentos sociais, que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação, saúde e o fim das diferentes opressões. Assim, o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros(as) trabalhadores(as) que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos(as) os(as) brasileiros(as).



Os principais compromissos desse Sindicato Nacional

- Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior.
- Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência.
- Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento.
- Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina.
- Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão.
- Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos(as) trabalhadores(as) especialmente a reforma universitária privatizante.
- Combater todas as formas de mercantilização da educação.



Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente

 ANDES-SN tem tido uma importante atuação na defesa da educação pública e gratuita e de qualidade socialmente referenciada, desde sua criação em 1981, como Associação Nacional de Docentes da Educação Superior, a Andes.

A concepção de educação defendida pelo Sindicato, reiterada através dos tempos, é que esta “deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado”.

É com essa concepção que se tem trabalhado ao longo desses 37 anos de existência, não se furtando, em nenhum momento, a ser partícipe de ações, individualmente ou com outras entidades, na defesa intransigente do princípio fundamental da educação como um direito fundamental do ser humano.

Quando da elaboração de uma nova Constituição, após o fim da ditadura empresarial-militar que durou 21 anos, o ANDES-SN passa a defender que o fundo público seja utilizado exclusivamente para financiar a educação pública. É, pois, com esse princípio que o Sindicato vem desenvolvendo suas lutas e ações.

AÇÕES

1. Na Constituinte, na Elaboração da LDB de 1996 e do PNE de 2014

- Participação da criação do Fórum Nacional de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, com cerca de 30 entidades e movimentos sociais e estudantil. Um dos objetivos desse Fórum era incluir na Carta Magna do país pontos fundamentais sobre educação e cultura. O Fórum conseguiu algumas conquistas, que hoje constam do Capítulo III, Seção I, da CF 1988, apesar de muitas das propostas por ele apresentadas terem, sido rejeitadas.

- Elaboração, enquanto Associação, de uma Plataforma dos(as) Docentes do Ensino Superior para a Constituinte, em 1987. Mais ainda, a elaboração de uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi inserida como encarte, no número 1 da Revista Universidade e Sociedade, datada de 1991.

- Luta para a inclusão, no artigo 207 da CF/1988, da concepção de autonomia enquanto indissociável da democracia interna das IES, incluindo as questões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

- Participação da criação, em 1989, pós-aprovação da Constituição, agora já como Sindicato, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Esse Fórum elaborou uma proposta de LDB que foi apresentada ao Congresso Nacional, tendo tramitado na Câmara e Senado. No entanto, a proposta aprovada foi o substitutivo do deputado Jorge Hage, assinado pelo senador Darcy Ribeiro, que se tornou a Lei nº 9.394 de 1996, fundamentada em fortes traços neoliberais, materializando-se em várias contrarreformas da educação que se sucederam nos anos seguintes.

- Construção de um Plano Nacional de Educação, que representasse os princípios do Fórum, motivado no artigo 214 da CF e no artigo 87 da LDB/1996.

- Luta contra todo o tipo de opressão, seja de raça, de etnia, de gênero, contra pessoas com deficiências e, sobretudo, de classe.

2. Os Congressos Nacionais de Educação (1996-2004) com o protagonismo do ANDES-SN

- Realização, em 1996, do I Congresso Nacional de Educação (CONED), no qual foram aprovados os eixos de elaboração do PNE.

- Realização, em 1997, do II CONED, quando uma comissão, da qual o ANDES -SN fazia parte, sistematizou as propostas oriundas dos diferentes fóruns estaduais, que discutiram os eixos temáticos das propostas para o PNE e aprovou o que passou a se chamar de Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB), que trazia, como eixo estruturante, a ideia de que a melhoria da educação brasileira passava, fundamentalmente, pela destinação de 10% do PIB para a educação pública caracterizada também como gratuita. Este PNE foi encaminhado ao Congresso Nacional, que o ignorou e passou a analisar a proposta do MEC do governo FHC, aprovando a Lei nº 10.172/2001, que instituiu o PNE 2001-2010.

- Realização, em 1999, do III CONED, com a temática “O Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira: Reafirmando a Educação como Direito de Todos e Dever do Estado”.

- Realização, em 2002, do IV CONED, que teve como tema central “Educação, Democracia e Qualidade Social, Garantir Direitos, Verbas Públicas e Vida Digna, Educação: uma outra educação é possível”.

- Realização, em 2004, do V e último CONED, que discutiu “Democracia e Qualidade Social: Educação não é mercadoria”.

O início do fim do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública e o papel do ANDES-SN

O último CONED, realizado em 2004 na cidade de Recife, foi marcado pelas divergências decorrentes da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, a partir de 2003. A prática do Fórum era a tomada de decisões por consenso, sem votação. Essa forma de deliberação passou a se tornar inviável por vários motivos, dentre os quais, a adesão de parte das entidades do FNDEP às políticas econômicas, sociais e educacionais, de caráter regressivo, implementadas pelo novo governo, criticadas e combatidas pelo ANDES-SN. Na realidade, não se tinha nem mais consenso sobre os princípios daquele Fórum e nem sobre a defesa de verbas públicas exclusivamente para a educação pública. Depois do V CONED, o referido Fórum passou, cada vez mais, a ter dificuldades para se reunir, em razão do esvaziamento provocado pelas entidades, que passaram a defender as políticas do governo Lula e, em alguns casos, inclusive, a fazer parte da gestão dessas políticas.

O ANDES-SN fez vários movimentos na tentativa de reativar esse espaço, que foi tão importante na luta em defesa da educação pública, até porque assumiu um expressivo protagonismo em todos os CONED, enquanto integrante da Comissão Executiva do FNDEP. Lamentavelmente, não logrou êxito em sua intenção. Mesmo assim, ainda nos dias atuais, o ANDES-SN defende que o PNE-SB de 1997, embora que precise de revisão e atualizações, permaneça como uma das maiores referências das lutas coletivas pela conquista de uma educação efetivamente pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

As consequências da resistência e do respeito aos seus princípios

Por continuar defendendo esse projeto educacional, por não tergiversar na defesa dos interesses da classe trabalhadora e por ter mantido a concepção de um sindicalismo autônomo, independente e classista, o ANDES-SN passou a enfrentar duras batalhas, que culminaram com a tentativa do Ministério do Trabalho e Emprego, no governo Lula, de silenciar nossa entidade, por meio da suspensão da carta sindical. Ao mesmo tempo, o movimento docente universitário passou a conviver com uma organização “sindical” paralela-cartorial, forjada à base de troca de favores, em reuniões no MEC, na gestão de Tarso Genro, cuja tarefa era quebrar a unidade do movimento docente e defender a agenda educacional governista, criando, em 2004, um sindicato para garantir a assinatura de acordos que não interessam, e nem têm a aprovação da maioria dos(as) docentes.

As Conferências do Governo Federal

Em 2009, o governo federal organizou a Conferência Nacional de Educação (CONAE), tendo o ANDES-SN, em um primeiro momento feito parte da comissão organizadora desse evento. Mas, a seguir, por decisão das instâncias máximas do ANDES-SN, ficou deliberado que o Sindicato não participaria da CONAE. O 29º Congresso, fazendo o balanço de todo processo ocorrido até então, reafirmou as deliberações anteriores, aprovando-se que o ANDES-SN deveria “denunciar o processo de instauração da CONAE e sua metodologia pseudodemocrática, que visa a elaboração de um novo PNE, alinhado às diretrizes do MEC/Capital explicitadas no documento-base da referida conferência”.

Em 2014 ocorreu a segunda CONAE, já no governo Dilma Rousseff. Chama-se a atenção para o fato de que essa conferência aconteceu em novembro de 2014, após a aprovação do PNE, (agosto do mesmo ano). Isso traz uma interrogação a respeito de seus objetivos, já que a Portaria nº 1410/2012, no artigo 2º diz que “Fica convocada a II Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, que terá como tema “O Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”.

Os sindicatos, os movimentos sociais e populares, o movimento estudantil e a necessidade da criação de um espaço de resistência e luta contra as políticas privatistas

No ano de 2011, com o fim do PNE (2001-2010), com o aprofundamento das concessões do governo do PT aos interesses do Capital e da burguesia, inclusive nas questões da educação, algumas entidades profissionais, sindicais, movimentos estudantis e sociais começaram a se mobilizar no sentido de representar a defesa da proposta de 10% do PIB para a Educação Pública, Já! contida no PNE-SB. Com o objetivo de estabelecer disputa das consciências na questão do financiamento do setor, foi criado o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já!, responsável pela realização de um plebiscito que teve por título sua consigna e que, somente no primeiro ano, contou com a participação de 360 mil pessoas, das quais 352 mil votaram favoráveis.

Os Encontros Nacionais de Educação (ENE)

Na perspectiva de dar uma maior consequência política a esse plebiscito e avançar na reorganização das entidades não atreladas ao governo federal, o ANDES-SN aprovou, em 2013, a proposta de que o Comitê Nacional organizasse o I Encontro Nacional de Educação (I ENE), com o intuito de rearticular os setores classistas, a fim de organizar as lutas sociais em defesa da educação pública e gratuita, bem como, avançar na construção de um projeto de educação legitimado por espaços democráticos e pelo viés da classe trabalhadora.

O I ENE foi realizado em agosto de 2014, no Rio de Janeiro, reunindo cerca de duas mil pessoas e teve o grande mérito de congregar novamente algumas entidades em um espaço de oposição às políticas educacionais em vigor, especialmente, o prenúncio de que o PNE do governo Dilma instituiria, legalmente, a transferência do fundo público para o setor privado da educação, o que se confirmou na lei sancionada pela então presidente.

O resultado do I ENE está relatado em uma Cartilha denominada “Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!” Esta traz uma análise crítica da política educacional, que vinha sendo executada, e aponta também para a necessidade de construção de um projeto de educação classista e democrática.

Dando sequência ao acúmulo do I ENE, em 2016, realizamos com outras entidades o II ENE, em Brasília. Sua temática foi “Por um projeto classista e democrático de educação”, e, maior que o anterior, congregou cerca de três mil pessoas. O evento produziu uma Declaração Política e apontou propostas para a continuidade das lutas contra a privatização e mercantilização da educação em todos os níveis, etapas e modalidades. A Plenária final do II ENE decidiu, ainda, por alterar o nome do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já! para Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP).

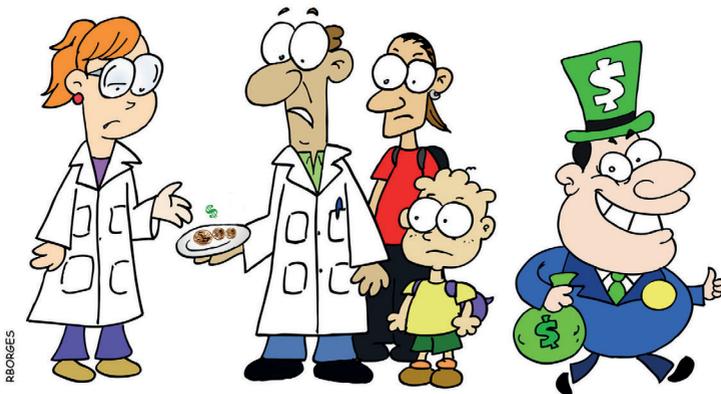
Conforme decisão congressual, seguimos construindo a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública Gratuita (CONEDEP), que tem como principal tarefa a realização do III ENE, em 2018. Esse é o espaço que o ANDES-SN deve atuar, defendendo seus princípios, historicamente construídos, os quais o PNE 2014 desrespeita.

O PNE 2014-2024

Durante todo o processo de debate, tramitação e aprovação do PNE 2014-2024, ficou patente o fortíssimo lobby do empresariado, organizado em torno do “Todos Pela Educação (TPE)”, para mercantilizar e privatizar a educação. Esse

lobby teve grande acolhida e influência nos governos de Lula e Dilma, inclusive, com a atuação de Guido Mantega, articulado à FIESP, pela não aprovação dos 10% do PIB para educação pública, com aplicação já no primeiro ano de vigência do novo PNE. Fez parte da articulação privatista o adiamento da CONAE 2014, somente realizada após a aprovação do Plano Nacional da Educação, no qual ficava explícito que o empresariado organizado no TPE era o interlocutor privilegiado dos governos petistas na elaboração desse Plano. Destaque-se que o TPE incorporou, em seu coletivo, entidades como MEC, IPEA, INEP, CONSED e UNDIME, fortalecendo, assim, o campo privatista por dentro do aparelho de Estado. Justo por isso, as metas do TPE foram assumidas pelo governo, mas não só.

O discurso de conciliação de classes produziu, dentro das organizações de trabalhadores(as), mudanças expressivas na defesa da educação pública. Muitas entidades passaram a considerar que a criação de Parcerias Público Privadas (PPP), na gestão da educação pública, era aceitável. O ANDES-SN, em conjunto com a CSP-Conlutas, foi firme na defesa de seus princípios: a defesa da educação pública, gratuita, socialmente referenciada e 100% custeada com recursos públicos, consigna presente em todos os seus congressos e materiais de divulgação. O embate, travado em torno dos 10% do PIB para educação, resultou favorável aos interesses empresariais, pois, na Lei que aprovou o PNE 2014-2024, prevaleceu o conceito genericamente denominado “educação”, escancarando-se de vez o caminho para o uso do fundo público para a iniciativa privada. Além disso, o PNE escalona a aplicação desse percentual até o último ano de sua vigência. Portanto, a intensa mobilização social, inclusive por várias entidades que participaram da CONAE, que levou à inclusão da concepção “pública”, não prevaleceu, pois, seu conteúdo foi alterado pelo governo, permitindo que fosse compreendida como pública, não estatal, conforme o Artigo 5º, §4 da Lei n. 13.005/2014, constituindo-se uma pavimentação segura para as Parcerias Público Privadas no setor educacional.



As razões das críticas do ANDES-SN ao PNE (2014-2024)

O ANDES-SN não defende o PNE aprovado no governo Dilma, pois, por meio dele, garante-se uma ampliação da privatização da educação para além do financiamento, como já explicitado neste texto. Esse PNE também engendra novas funções sociais para a educação pública; demanda uma “formação de recursos humanos de distintos tipos”, indicando, para a grande maioria dos jovens, uma formação aligeirada pela via da EaD; difunde a ideologia didático-pedagógico das competências, acolhe uma concepção de avaliação de massas que permite classificação e *ranqueamento* das instituições de ensino; e reforça as políticas de responsabilização e culpabilização dos docentes pelo fracasso dos estudantes, bem como, aprova um modelo de gestão escolar que incorpora a concepção empresarial. Outras questões importantes, defendidas pelo ANDES-SN, foram retiradas do Plano Nacional de Educação, tais como a inclusão do debate sobre gênero e sexualidade. Esse fato, fruto do conservadorismo presente nessa elaboração, influenciou a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais, bem como contribuiu grandemente para o aprofundamento de propostas que estão sob a bandeira da “escola sem partido”.

Como se pode deduzir, as medidas dominantes do PNE de Dilma e as várias iniciativas tomadas, desde o governo Lula, como parte do projeto educacional, vão em direção diametralmente oposta ao PNE-SB de 1997. Por isso, apesar das perdas sofridas pelo ANDES-SN, temos a convicção de que as nossas lutas e de outras entidades foram e são fundamentais para nos contrapormos à total destruição de um projeto de educação pública, voltado para a construção de uma sociedade em que todos(as) possam viver verdadeira e plenamente.

O impedimento da Presidente

Esse fato levou a movimentações, no campo da educação, que aconteceram em uma conjuntura marcada por uma profunda crise nos mais diversos aspectos da sociedade brasileira. O acirramento das disputas entre as frações da burguesia levou ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff e, por consequência, à saída do Partido dos Trabalhadores do governo, abrindo-se um novo período de disputas nos espaços organizativos da sociedade civil, incluindo os do campo educacional. A partir de uma manobra política, jurídica e midiática, Michael Temer, o vice de Dilma Rousseff, assumiu a presidência. Esse ilegítimo governo passou a atacar alguns espaços construídos pelos governos petistas, desarticulando-os e esvaziando-os.

Fez isso, por exemplo, no Fórum Nacional de Educação (FNE), excluindo entidades como CONTEE e ANPED e incluindo entidades de sua confiança. Também anunciou o adiamento da III CONAE, que estava prevista para acontecer no primeiro semestre de 2018, sem indicar nova data.

Com a nova configuração do FNE, as entidades aí localizadas, deliberaram pela criação do Fórum Nacional Popular de Educação, composto por várias entidades que outrora participaram do FNDEP e que organizaram e construíram as duas CONAE. Diante da indicação do ilegítimo governo Temer de adiar a CONAE de 2018 e da possibilidade de que ela não ocorra, esse Fórum, afinado com o projeto petista, deliberou por organizar, nos estados, conferências preparatórias e organizar a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE).

O ANDES-SN foi convidado a participar da organização dessas atividades, assim como a CSP-Conlutas, porém, como não tínhamos deliberação para tal, não comparecemos às reuniões. O 37º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em janeiro de 2018, deliberou o seguinte:

1. Participar, defendendo os princípios e posições do ANDES-SN, organizando intervenção política, via seções sindicais e secretarias regionais e em articulação com demais entidades da CONEDEP, das etapas municipais, estaduais, regionais e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que acontecerá em 2018. Durante essas participações e intervenções, divulgar os materiais do ANDES-SN; distribuir nota da CONEDEP expondo o projeto de educação pública defendido por essas entidades; divulgar e convocar os presentes a participarem de todas as etapas do III ENE.

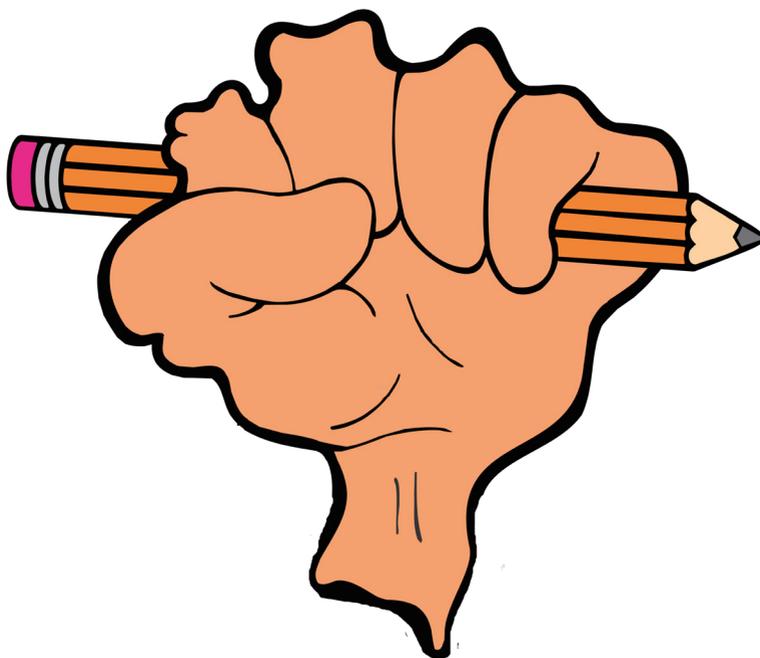
- 1.1 Produção de nota política com críticas aos objetivos da CONAPE, orientando a intervenção dos(as) filiados(as) do ANDES-SN, reforçando as principais deliberações do II Encontro Nacional de Educação, em direção à construção do projeto de educação da classe trabalhadora.



O III Encontro Nacional de Educação

Estamos diante de uma nova realidade de recomposição das entidades do setor educacional, o que exigirá do ANDES-SN um contínuo processo de acompanhamento e avaliação, posto que esta entidade carrega, em sua história, a intransigente defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Uma história que se fez por meio de ações próprias ou na ativa participação em diversos espaços coletivos, sem jamais abrir mão de seus princípios e das suas bandeiras! Por isso, a participação do ANDES-SN na CONAPE deve ser de intervenção política na defesa desses princípios. Não podemos defender esse PNE privatista, gerencialista, empresarial, que aprovou uma avaliação meritocrática.

Por isso, conclamamos todas as entidades que defendem que o financiamento público deve ser exclusivamente para o setor público, que a gestão seja democrática, que a avaliação seja processual, que a formação inicial seja presencial, para juntos construirmos um Projeto Classista e Democrático de Educação, engajando-se na organização do III Encontro Nacional da Educação, a ocorrer em agosto próximo.



Expediente

Coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais

Ana Maria Ramos Estevão

Francisco Jacob Paiva da Silva

Jacqueline Rodrigues Lima

Mary Sylvia Miguel Falcão

Olgaíses Cabral Maués

Projeto Gráfico

Renata Fernandes (13743 DRT-DF)

Edição e Revisão

Imprensa **ANDES-SN**

Encarregados de Imprensa

Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C,

CEP: 70302-914, Brasília, DF.

Tel.: 61 39628400

Email: imprensa@andes.org.br

www.andes.org.br | www.facebook.com/andessn | twitter.com/andessn

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS